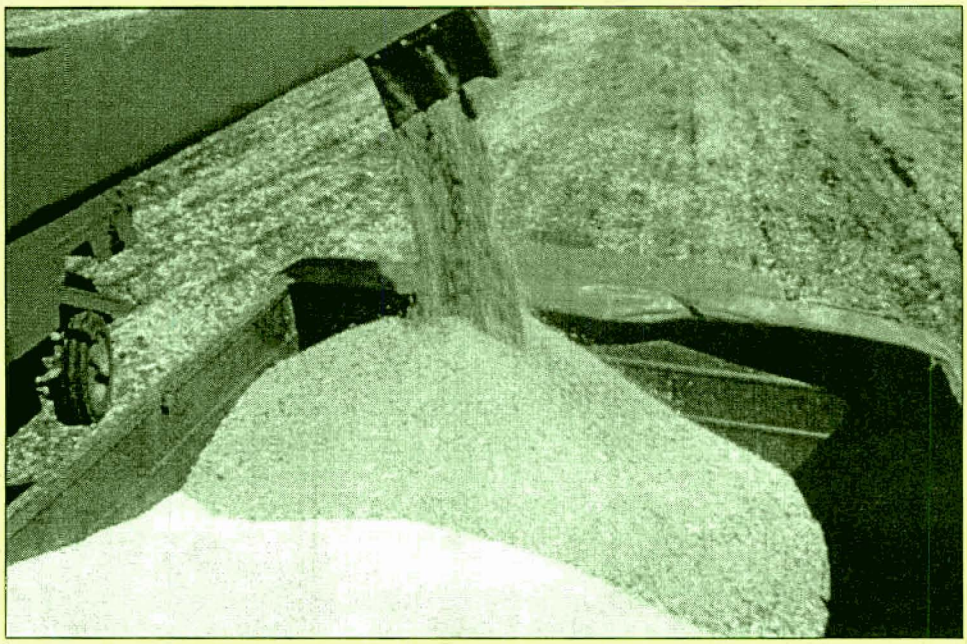
Difícil previsão

Faltam planejamento estratégico e visão de longo prazo para uma estimativa segura sobre as cadeias produtivas da agricultura brasileira

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO



Em plena colheita de verão da safra de grãos, mais uma vez se espera da agricultura o papel de motor e combustível da economia em 1999. O setor vive no vaivém de uma guerra, independente da conjuntura externa ou da interna. De um lado, submetido à pressão de produzir saldos de exportação para gerar reservas em divisas; de outro, com a missão de levar gêneros a baixo custo para a população, de modo a abafar o fogo inflacionário.

É difícil prever a contribuição efetiva do setor de cereais e oleaginosas em 1999. A flexibilidade da análise é restrita, faltam às cadeias produtivas da agricultura brasileira planejamento estratégico e visão de longo prazo. A alternativa é se contentar com cenários de curto prazo.

As estimativas possíveis

Para a safra 1998/99, aguarda-se um incremento de 5 milhões de toneladas na colheita. O arroz e o milho contribuem com cerca de 85% desse aumento. Computados o feijão e o trigo, estaria praticamente explicado o salto integral desse crescimento. Tudo bem, desde que se inclua aí a informação de que mais de 10% da safra, correspondentes à estação de inverno, ainda não aconteceram. Com relação a essa parcela, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab - faz suas estimativas sobre os dados do ano passado. Surpresas portanto poderão surgir mais à frente e frustrar a expectativa da colheita recorde.

Na safra 1998/99 a área plantada não deverá variar muito sobre a de 1997/98. Veio a calhar a sistemática queda nos espaços ocupados pelas lavouras de grãos no Brasil. Depois do ápice alcançado em 1988, nada de similar aconteceu. É bem verdade que, fruto de ganhos de produtividade, a produção agregada vem pulando de patamar. No começo da década de 80 estava em 50 milhões de toneladas. Cerca de 10 anos depois atingia 70 milhões e agora pode-se considerar razoável o nível de 80 milhões. Se esse desempenho pode ser considerado positivo, ótimo. Mas poderia ser bem melhor.

Os obstáculos ao sucesso

Um dos gargalos de que se ressente a agricultura brasileira é a falta de instrumentos de financiamento a custo compatível com a rentabilidade da economia rural. A cada temporada isso fica mais evidente. Do volume de crédito prometido à taxa de 8,75% ao ano, no Plano de Safra 1998/99, menos de 70% se concretizaram. As operações de crédito rural sofreram cortes no orçamento e as quedas nos depósitos à vista diminuíram o montante da

E-mail: pinazza@agroceres.com.br e regis@fgv.br



Produção de cereais e oleaginosas – em mil toneladas

Cultura	*1997/98*	*1998/99**	*Var. (%)*
Caroço de algodão	764,90	880,00	15,00
Amendoim total	183,50	178,60	-2,70
Amendoim 1ª safra	150,00	145,10	-3,30
Amendoim 2ª safra	33,50	33,50	–
Arroz	8.511,10	11.289,10	32,60
Aveia	198,20	198,20	–
Centeio	8,10	8,10	–
Cevada	301,80	301,80	–
Feijão total	2.206,30	3.073,90	39,30
Feijão 1ª safra	916,40	1.174,30	28,10
Feijão 2ª safra	971,70	1.581,40	62,70
Feijão 3ª safra	318,20	318,20	–
Mamona	18,80	92,50	392,00
Milho total	30.218,90	32.655,20	8,10
Milho 1ª safra	24.645,40	27.081,70	9,90
Milho 2ª safra	5.573,50	5.573,50	–
Soja	31.364,40	31.217,30	-0,50
Sorgo	839,20	870,70	3,80
Trigo	2.187,80	3.000,00	37,10
Brasil	76.803,00	83.765,40	9,10

Fonte: Conab/Didem.

*Dados estimados: safra de inverno ainda não confirmada.

Brasil: área, produção e produtividade de grãos

Ano	*Área*[1]	*Produção*[2]	*Produtividade*[3]
1979/80	40.156,70	50.870,00	1.267
1980/81	40.377,30	52.208,70	1.293
1981/82	41.171,30	50.858,10	1.235
1982/83	37.208,70	47.651,70	1.281
1983/84	38.018,40	52.428,80	1.379
1984/85	39.689,70	58.140,90	1.465
1985/86	42.531,80	53.923,90	1.268
1986/87	42.060,90	64.948,30	1.544
1987/88	42.803,70	66.306,20	1.549
1988/89	42.240,90	71.486,00	1.692
1989/90	38.944,00	58.279,10	1.496
1990/91	37.894,10	57.804,30	1.525
1991/92	38.841,80	68.216,40	1.756
1992/93	35.649,80	68.298,40	1.916
1993/94	30.093,40	76.034,40	1.945
1994/95	38.537,90	81.064,20	2.103
1995/96	36.950,10	73.518,20	1.990
1996/97	36.358,00	78.421,30	2.157
1997/98	35.045,70	76.803,00	2.198
1998/99*	37.891,60	83.765,40	2.211

Fonte: Conab.

*Dados preliminares: safra de inverno ainda não confirmada. [1]Mil ha. [2]Mil t. [3]Kg/ha.

exigibilidade. Dos recursos da resolução 2.148 (63 caipira), a captação ficou mais difícil com a turbulência no mercado financeiro internacional a partir da moratória da Rússia em outubro do ano passado. A desvalorização do real e a política cambial desequilibrada aumentaram o risco e desestimulam o uso dessa linha.

Mais de 10% da safra, a de inverno, ainda não aconteceram. Com relação a essa parcela, a Companhia Nacional de Abastecimento faz estimativas sobre os dados do ano passado. Surpresas portanto poderão surgir mais à frente e frustrar a expectativa da colheita recorde.

No caso do Banco do Brasil, a disponibilidade de recursos no segundo semestre de 1998 ficou acima da soma verificada no mesmo período do ano anterior. Os maiores aumentos nas linhas de custeio foram comercialização e Funcafé. Para investimento e Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO – houve quedas.

Substancial parcela de agentes ligados à produção, agricultores ou cooperativas, se aflige diante desses fatos. Para eles a gestão torna-se inexeqüível pela escassez e custo do capital de giro. As empresas de insumos e máquinas, bem como as processadoras de matérias-primas agrícolas, até que buscam estratégias comerciais para levar recursos aos produtores. Não obstante o mérito de tais iniciativas, elas são naturalmente insuficientes para atender a enorme demanda reprimida.

Na verdade, em matéria de agricultura brasileira, todo passo será retrocesso se não se levar em conta o passado, a partir da implantação do Plano Cruzado de 1986. Os anos de descontrole macroeconômico provocaram um perverso descasamento na conta ativo e passivo da produção primária. Em muitos casos ficou impossível encontrar o fio da meada. A correção consumirá tempo e envolverá negociações complexas.

Securitização

O Banco do Brasil possui R$7 bilhões securitizados em 1995. Na primeira pres-

Brasil: desembolsos no crédito rural para a safra 1998/99 – até jan.1999

Linha	*Previsto em bilhões de R$*	*Realizado em R$*
Equalização dos juros pelo Tesouro	4,5	3,1 bilhões
Exigibilidade	3,6	2,5 bilhões
63 caipira	1,75	190,7 milhões
Fundos constitucionais	2,05	1,27 bilhão
Total	11,9	7,1 bilhões

Banco do Brasil: recursos disponibilizados – no 2º semestre, em mil R$

Finalidade	*Safra 1997/98*	*Safra 1998/99*
Custeio	2.863.968	3.164.838
Investimento	475.030	272.686
Comercialização	386.500	455.236
FCO	207.981	187.841
Funcafé	277.338	441.928
Total	4.210.816	4.522.539

Fonte: Banco do Brasil.

Brasil: valor da produção

Produto	*1997/98*	*1998/99*	*Variação %*
Algodão caroço	564,70	885,50	58,80
Arroz longo fino	2.050,00	2.565,50	25,10
Arroz longo	620,30	834,80	34,60
Feijão	2.016,30	2.379,30	18,00
Milho	4.029,20	5.354,00	32,90
Soja	7.161,50	8.951,00	25,00
Trigo	290,70	570,00	96,10
Total	15.388,50	21.540,10	39,90

Fonte: Conab.

tação dos débitos, de R$800 milhões, cerca de 45% foram quitados e 55% prorrogados. Na segunda parcela, de R$1,2 bilhão, vencida em 31 de outubro de 1998, foram pagos 30% do valor. Em outubro deste ano, também de R$1,2 bilhão, vencerá a terceira parcela.

Recoop - Programa de Recuperação das Cooperativas

Medida provisória número 1.781, publicada no Diário Oficial da União em 14 de dezembro de 1998, autorizou a implementação do Recoop e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem. Cerca de 439 cooperativas estão habilitadas pelo Recoop, atingindo 620 mil famílias.

Medida provisória número 1.661-7, publicada no DOU de 24 de dezembro de 1998, assegurou RS$2,1 bilhões para novos financiamentos e mais uma parcela para o alongamento da dívida.

O governo ainda não estipulou as regras básicas para a renegociação dos débitos.

Pesa - Programa Especial de Saneamento de Ativos

Criado em fevereiro de 1998 para os produtores com débitos acima de R$200 mil, estimados num total de R$4 bilhões. Desde que se paguem à vista 10,37% do valor de face dos títulos, o restante das dívidas pode ser transformado em títulos do Tesouro. O prazo de resgate é de 20 anos, corrigidos pelo IGP, mais taxas de juros que variam entre 6% e 8% ao ano.

O Conselho Monetário Nacional aprovou em 28 de janeiro de 1999, pela terceira vez, a prorrogação dos prazos para renego-ciação das dívidas. Inicialmente a adesão vencia em julho e depois foi para 1 de fevereiro deste ano. Agora ficou estendida para 2 de agosto, desde que a renegociação seja iniciada em 28 de maio. O prolongamento do prazo ajuda a adesão ao Pesa. O Banco do Brasil já acertou um volume de recursos da ordem de R$1,2 bilhão, sendo que R$1,5 bilhão estão em fase de negociação. A meta é recuperar R$33 bilhões.

Um dos gargalos de que se ressente a agricultura brasileira é a falta de instrumentos para financiar a taxas de rentabilidade compatível com a economia rural. A cada temporada isso fica mais evidente.

A desvalorização do real ante o dólar é o grande fato novo para a safra 1998/99. Os momentos da tomada de decisão sobre o quê e quanto produzir, de um lado, e a venda da produção de outro ficaram em ambientes diversos. Na fase de plantio e desenvolvimento das culturas, os tomadores de decisão no agribusiness operavam com uma referência de dólar a R$1,20. Na colheita e comercialização, essa base passou a ser do dólar entre R$1,70 e R$1,80. Os negócios da comercialização da safra e da compra de insumos e máquinas mudaram de parâmetros. Muita incerteza ainda paira no ar, já que essa mudança atinge quatro pontos:

Formação da renda setorial

A comercialização da safra de verão poderá drenar um adicional de 20% de reais, cerca de R$3 bilhões, para o campo. O agricultor deve ter cuidado e não interpretar esse acréscimo como apropriação efetiva de renda. Trata-se de um aumento de receita nominal em reais, mas não significa exatamente capitalização e maior lucro.

É preciso entender que o poder de compra do real caiu em relação às outras moedas. Somente com um quadro de controle da inflação mensal e estabilidade do câmbio haverá condições para fazer os cálculos corretos. Para a safra de inverno e os próximos ciclos de produção, o ganho em real será descompensado pelo custo maior da produção.



Brasil: balanço de oferta e demanda de grãos – em mil toneladas

Produto/safra	*Estoque inicial*	*Produção*	*Importação e exportação*	*Consumo*	*Estoque final*
I. Algodão pluma					
1996/97	184	306	471	791	169
1997/98	169	414	360	690	253
1998/99 *	253	508	330	690	401
II. Arroz em casca					
1996/97	2.301	9.524	1.217	11.664	1.377
1997/98	1.377	8.511	1.998	11.664	221
1998/99 *	211	11.289	1.197	11.688	866
III. Feijão					
1996/97	271	2.914	150	3.200	135
1997/98	135	2.206	207	2.518	30
1998/99 *	30	3.073	-	2.946	157
IV. Milho					
1996/97	5.961	35.703	418	35.912	6.169
1997/98	6.169	31.007	1.500	36.451	2.225
1998/99 *	2.225	32.655	2.000	36.000	880
V. Soja em grão					
1996/97	685	26.160	6.889	19.860	95
1997/98	95	31.364	8.869	22.482	108
1998/99	108	31.217	9.200	21.956	169
VI. Farelo de soja					
1996/97	452	14.615	9.703	5.259	114
1997/98	114	16.590	10.287	5.900	517
1998/99	517	16.195	10.550	5.950	212
VII. Óleo de soja					
1996/97	278	3.515	951	2.682	160
1997/98	160	3.990	1.146	2.740	264
1998/99	264	3.895	1.250	2.780	129
VIII. Trigo					
1996/97	821	2.399	6.199	8.645	765
1997/98	765	2.273	6.372	8.750	660
1998/99 *	660	3.000	5.840	8.750	750

Fonte: Conab. Estoque inicial: trigo – 1º de agosto. Demais: 1º de fevereiro.
*Estimativa dos autores.

Custos de produção

Quando o produtor procurar o mercado de insumos e máquinas, encontrará outro alinhamento de preços. As empresas administraram suas margens e custos em diferentes circunstâncias. Num primeiro momento os bens são reajustados de acordo com a participação dos bens importados em sua composição.

Em outras palavras, isso significa que as lavouras de grãos com 35% a 40% de itens importados nas suas despesas diretas de produção, na hipótese de uma desvalorização de 50%, terão um aumento imediato de 17% a 20%. Nos instantes seguintes, as empresas repassam os outros itens valorizados às planilhas de custo. O nível desse reajustamento de preços preocupa, pois é uma ameaça para o controle da inflação.

Importações

O Plano Real, desde que passou a vigorar em julho de 1994, consagrou o modelo de abertura comercial do país dos anos 90. A agricultura padeceu bastante com essa política, pois enfrenta a concorrência de sucedâneos importados sem defesa tarifária e com subsídios na origem. Nesse aspecto a situação muda para melhor.

NA FASE DE PLANTIO e desenvolvimento das culturas, os tomadores de decisão no agribusiness operavam com uma referência de dólar a R$1,20. Na colheita e comercialização, essa base passou a ser do dólar entre R$1,70 e R$1,80.

Contudo a entrada de produtos estrangeiros no país deve ocorrer, ante a queima ocorrida nos estoques oficiais – cerca de 15 milhões de toneladas – no triênio 1996 a 1998. Para 1999, o quadro conjuntural mais delicado é o do milho. O trigo, com déficit crônico, também preocupa. A má notícia de uma expectativa de queda no PIB para este ano significa esfriamento na demanda interna, inclusive com menor importação.

Os preços das commodities estão em baixa no mercado internacional e a UE e os EUA querem desovar seus estoques. Nessas oportunidades, os subsídios chovem a cântaros para viabilizar as vendas externas e podem neutralizar os efeitos da desvalorização cambial.

Exportações

O melhor da desvalorização certamente se concentra nos negócios de exportação, que ganharam competitividade. Os embarques de soja deverão ser antecipados em relação aos anos normais. Por sua vez, as operações com carnes de aves, bovinos e suínos serão bem mais ativas. No conjunto de bens, pelo menos em quantidade física, o crescimento poderá ser notável. Nas receitas em dólares, o incremento é limitado pela desvalorização do real e das cotações baixas dos grãos no mercado internacional.

O que esperar

As conseqüências da desvalorização do real sobre a agricultura pendem muito

Brasil: comércio externo agrícola – em mil dólares

Item	Produto	1996	1997	1998
Importação	Algodão	998.906	943.173	586.793
	Arroz	302.414	309.706	593.095
	Azeite de oliva	109.775	94.988	84.949
	Carne	270.356	300.064	255.249
	Cevada	342.830	263.473	212.820
	Couro e calçado	202.396	210.303	165.224
	Frutas exceto laranja	379.018	317.938	308.508
	Fumo	65.732	91.568	78.011
	Laticínios	512.237	456.712	511.743
	Madeira	226.542	260.345	260.031
	Milho	74.759	82.610	203.288
	Papel e celulose	904.209	951.516	937.442
	Peixes e crustáceos	422.097	398.895	404.898
	Soja	359.675	532.185	247.658
	Trigo	1.348.129	981.351	895.137
	Outros	272.237	341.894	401.911
	Total agropecuário (1)	6.791.312	6.536.721	6.146.757
	Total Brasil (2)	53.301.023	61.438.237	57.529.175
	(1) / (2) %	13	11	11
Exportação	Açúcar	1.608.746	1.769.794	1.940.837
	Algodão	290.177	247.459	230.145
	Cacau	173.550	126.895	152.229
	Café	2.131.504	3.123.888	2.597.839
	Carne	1.519.458	1.631.952	1.624.795
	Castanha de caju	167.508	156.917	142.575
	Cera carnaúba	60.421	57.419	44.766
	Couro e calçado	2.137.116	2.107.815	1.843.616
	Frutas exceto laranja	91.626	94.622	114.916
	Fumo	1.515.393	1.664.807	1.558.864
	Laranja	1.589.003	1.167.336	1.318.178
	Madeira	2.107.356	2.241.073	2.175.653
	Milho	81.341	58.793	16.672
	Papel e celulose	1.245.360	1.341.074	1.222.456
	Soja	4.462.137	5.729.993	4.754.628
	Outros	345.261	283.562	304.595
	Total agropecuário (1)	19.525.957	21.803.399	20.042.794
	Total Brasil (2)	47.746.728	52.990.115	51.119.901
	(1) / (2) %	41	41	39
Saldo	Agropecuário (1)	12.734.645	15.266.678	13.896.037
	Brasil (2)	-5.554.295	-8.448.122	-6.409.274

Fonte: Secex/Decex.

A SAFRA DE VERÃO poderá drenar um adicional de cerca de R$3 bilhões para o campo. O agricultor não deve interpretar esse acréscimo como apropriação efetiva de renda. Trata-se de um aumento de receita nominal em reais, mas não significa exatamente capitalização e maior lucro.

mais para o lado positivo. A corrente dos otimistas prevê aumento de 20% na renda do setor, com base em que as receitas de todas as atividades agrícolas vieram no primeiro trimestre deste ano e as despesas ocorreram no quarto trimestre de 1998. No extremo oposto, a opinião é de que o reajuste nos preços de insumos e máquinas inibiu o poder de compra do setor, e o aumento da receita em reais desaparece em tais circunstâncias.

Seja como for, a recuperação da renda agropecuária é sempre bem-vinda. Seu efeito prevalece não só para a próxima safra mas certamente para as posteriores. É uma pena a falta de um mix de política de preços e créditos, para dar liquidez e sustentar a renda setorial. A sociedade brasileira tem expectativas com relação à agricultura. De acordo com os cenários elaborados pela Embrapa, para atender a demanda interna a produção terá de crescer de 20 a 30 milhões de toneladas, variando conforme o ritmo de crescimento econômico. Isso significa que nos próximos cinco anos o aumento precisará superar o realizado no período pós-80. Chegaremos lá?

Brasil: cenários para demanda de grãos – em mil t

Produto	1996			2000			2005		
	A	B	C	A	B	C	A	B	C
Arroz	11.896	11.931	11.965	11.931	12.902	13.089	13.750	14.153	14.567
Feijão	3.131	3.093	3.054	3.058	2.876	2.702	2.933	2.593	2.289
Milho	37.201	37.402	37.604	40.380	31.484	42.612	44.553	47.023	49.616
Soja	24.878	24.491	25.004	27.840	28.189	28.546	31.622	32.415	32.260
Trigo	8.316	8.401	8.487	9.299	2.787	10.295	10.672	11.822	13.083
Total	85.424	85.770	86.115	93.295	94.480	96.889	103.532	108.009	112.816

Fonte: Embrapa.

Pressupostos:

crescimento de renda: cenário A, 3,2% aa; B, 5% aa; C, 6,5% aa;

crescimento da população: 1,23871% entre 1996 e 2000: 1,10518% entre 2001 e 2005;

crescimento da população: de 155,8 milhões para 175,07 milhões entre 1996 e 2005.